



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



UENF

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

REITORIA

### ATA DA 112ª REUNIÃO DO COLEGIADO ACADÊMICO

1 Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e oito, às catorze horas e vinte e cinco  
2 minutos realizou-se na Sala de Reunião da Reitoria a centésima décima segunda  
3 reunião do Colegiado Acadêmico, para tratar da seguinte pauta: 1 – Aprovação da ata  
4 da 111ª reunião do COLAC; 2 – Informes; 3 – Afastamento do país; 4 – Aprovação de  
5 convênios; 5 – Criação do Programa de Extensão Universitária de Incubadora  
6 Tecnológica de Empreendimentos Populares – ITEP/UENF – **parecer da relatoria**; 6 –  
7 Aprovação de Minutas de Convênio de Estágio – processo E-26/050.569/08 **parecer da**  
8 **relatoria**; 7 – Comissão de bioética e Biossegurança (minuta de Resolução) **parecer da**  
9 **relatoria**; 8 – Projetos Político pedagógicos Curso de Engenharia de Produção – CI  
10 PROGRAD/UENF nº 249/2008, Curso de Zootecnia – CI PROGRAD/UENF nº 250/2008;  
11 9 – Minuta para estágio Pós-Doutoral na UENF – **parecer da relatoria**; 10 – Afastamento  
12 para estágio Pós-Doutoral – Prof. Adolpho Horn Júnior e Profa. Christiane Fernandes  
13 Horn; 11 – Solicitação de liberação de servidora para cursar o doutorado em Sociologia  
14 Política – processo E-26-051-881/08; 12 — Solicitação da servidora Shirlene Chagas  
15 para cursar, como aluna especial, duas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em  
16 Engenharia e ciência dos Materiais – CI CCT nº 172/08; 13 – Concessão de Título de  
17 Professor Emérito ao Prof. Carlos Alberto Dias – processo E-26/051.774/08; 14 –  
18 Assuntos diversos. Estavam presentes Prof. Almy Junior Cordeiro de Carvalho – Reitor,  
19 que presidiu a sessão, Prof. Antonio Abel Carrasquilla – Vice-Reitor; Prof. Edson  
20 Correa – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Roberto Weider Franco –  
21 representando a Pró-Reitoria de Graduação, Prof. Silvério de Paiva Freitas – Pró-Reitor  
22 de Extensão e Assuntos Comunitários, Sr. Antonio Constantino de Campos – Chefe de  
23 Gabinete; Prof. Messias Gonzaga Pereira – representante dos Chefes de Laboratório  
24 do CCTA, Profa. Isabel Candia Nunes da Cunha – representante dos Chefes de  
25 Laboratório do CCTA, Prof. Dario Teixeira Filho – representante dos Chefes de  
26 Laboratório do CCH; Profa. Marinete dos Santos Silva – representante dos Chefes de  
27 Laboratório do CCH, Prof. Luis César Passoni – Representante dos Chefes de



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

28 Laboratório do CCT, Prof. Marcos Antonio Pedlowski – representante dos Docentes do  
29 CCH, Prof. Carlos Eduardo de Rezende – Representante dos Docentes do CBB; Profa.  
30 Simonne Teixeira – Representante da Câmara Pós-Graduação e Profa. Patrícia Habib  
31 Hallak – representante da Câmara de Graduação; Sr. Pedro Campeão – representante  
32 dos Discentes de Graduação; Sr. Francisco Valdevino Bezerra Neto – representante  
33 dos discentes de Pós-Graduação. Prof. Almy agradeceu a presença de todos, passou  
34 ao **primeiro item da pauta – Aprovação da ata da centésima décima primeira**  
35 **reunião do COLAC** – O Prof. Marcos solicitou esclarecimento para o que considerou  
36 discrepância entre o que foi dito na reunião anterior e está na ata às linhas 215, 216 e  
37 217 “O Prof. Marcos questionou sobre a possibilidade de haver penalidade pelo não  
38 cumprimento das metas. O Prof. Almy respondeu que não existe esse tipo de penalidade  
39 e sim, se for feito gasto de maneira errada, deve existir a garantia de que os recursos  
40 serão empregados na produção de material” quando comparada à entrevista dada pelo  
41 Reitor a uma revista. O Prof. Almy esclareceu que o que está dito nos dois textos é a  
42 mesma coisa: todo recurso público gasto indevidamente ou quando não é gasto de  
43 maneira correta tem penalidade. O que está na ata é que não há penalidades  
44 adicionais quando da feitura do convênio, há penalidade para gastos indevidos. Depois  
45 do esclarecimento a ata foi provada com uma abstenção. **Passando ao item 2 –**  
46 **Informes; 2.1 – Reunião do conselho Curador** – ocorrida na quarta-feira próxima  
47 passada dia 10, no Rio. Um dos pontos da pauta foi a construção do Restaurante  
48 Universitário. Foi discutida a questão do edital e da interferência do Tribunal de Contas. O  
49 Edital já foi republicado e a o Tribunal de Contas ainda pode embargar, sempre existe o  
50 risco de não haver a licitação. Existe uma dúvida jurídica se o Tribunal de Contas tem que  
51 dar ou não parecer sobre a legalidade do edital. Estão entendendo que se não houver  
52 manifestação o Edital está sem problemas e no dia 13 de outubro ocorrerá a licitação. **2.2**  
53 **Decreto 2.341.373**, publicado em DOERJ em 30 de junho, esse decreto vai causar várias  
54 mudanças na Universidade, qualquer convênio assinado, a partir da data do decreto, tem  
55 que atender ao que está estabelecido e tem que ser avaliado pela Casa Civil. O decreto  
56 mexe ainda com uma regulamentação interna da Universidade que permitia que os



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

57 professores tivessem bolsas, o que não é permitido agora. Foi criada uma Comissão da  
58 SECT para analisar o Decreto. **2.3 – Resultado do Edital FAPERJ de Desenvolvimento**  
59 **Regional** – O Prof. Almy parabenizou aos Professores que tiveram projetos aprovados e  
60 informou que um grande número dos projetos submetidos foi aprovado. **2.4 – Resultado**  
61 **da avaliação do MEC** – Das 150 universidades avaliadas a UENF ficou colocada em 12º  
62 lugar. **2.5 Lançamento de livro organizado pelo Prof. Marcos Pedlowski** – O Prof.  
63 Almy parabenizou ao Prof. Marcos pelo lançamento do livro que organizou com a Profa.  
64 Jacqueline Oliveira Silva *Atores sociais, participação e ambiente*, o livro reúne textos de  
65 diversos autores, entre eles alguns ex-alunos da UENF. **2.6 – Situação do Restaurante**  
66 **Universitário** – O Sr. Pedro, representante dos discentes da Graduação disse que  
67 gostaria de se posicionar em relação ao que está acontecendo e solicitou que fosse  
68 repassada ao DCE toda a documentação relativa ao processo de licitação do restaurante.  
69 O Prof. Almy respondeu que já estão providenciando a documentação solicitada que deve  
70 ser entregue na próxima quarta-feira. **2.7 – Relatório sobre o processo de Professor**  
71 **Visitante** – O Prof. Dario se manifestou dizendo que não descumpriu a deliberação do  
72 COLAC que determinou que fosse feita relatoria sobre o processo do LENEP para  
73 contratação de Professor Visitante e, por motivo que foge ao seu controle esse item não  
74 foi incluído na pauta. O Prof. Almy esclareceu que foram feitos alguns questionamentos,  
75 um deles foi em relação à pontuação necessária para o enquadramento feito pelas  
76 Câmaras Setorial e Central de Carreira Docente. Isso está sendo levantado para verificar  
77 se houve indução ao erro. Um outro ponto abordado pelo Relator foi a ausência do Plano  
78 de Trabalho detalhado e a solicitação de renovação da bolsa feita fora do prazo. O Reitor  
79 esclareceu que o Professor está sem receber desde que acabou a sua bolsa. O Prof.  
80 Dario fez um relato de quatro páginas e o resumo que apresentou não atende a tudo que  
81 foi analisado. O relatório vai ser analisado e as falhas apontadas serão verificadas. O  
82 Prof. Dario solicitou que seu relatório fosse encaminhado aos membros do COLAC. **3 –**  
83 **Afastamento do país – 3.1 – Afastamento da Profissional de Nível Superior do LEEA,**  
84 Maria Eugênia Ferreira Totti, no período de 04 a 07 de novembro próximo, para participar  
85 do *XIII Congresso Internacional do CLAD*, em Buenos Aires, sem ônus para a



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

Universidade. **3.2 – CI CCT/MAV nº 105/2008** – afastamento do país do Prof. Carlos Maurício Fontes Vieira, no período de 28 a 31 de outubro deste ano, para participar do *8º Congresso Internacional Conamet-Sam-2008*, Santiago, sem ônus para a Universidade.

**3.3 – CI LENEP/CCT/UENF nº101/20084** – afastamento do Prof. Helio Jorge P. Severiano Ribeiro, no período de 18 a 26 de outubro próximo, para participar de visita organizada pelo Consulado Geral Britânico à diversas universidades do Reino Unido, sem ônus para a Universidade.

**3.4 – CI/CT/LEPROD nº 119/08** – afastamento do país do Prof. Daniel Ignácio de Souza para apresentar trabalho no Congresso *ESREL 2008* e na *17th SRA European Conference*, no período de 21 a 27 de setembro próximo, na Espanha, sem ônus para a Universidade.

**3.5 – CI LENEP/CCT/UENF nº 118** – afastamento do país do Prof. Adolfo Puines Pires, para participar do *2008 SPE Annual Technical Conference and Exhibition*, no período de 18 a 28 deste mês, em Denver/Colorado/EUA e visita a Tulsa University, em Oklahoma, sem ônus para a Universidade.

**3.6 – CI CCT/LCFIS nº 016** – afastamento do país do Marcelo Silva Sthel, para participar de missão de trabalho referente ao projeto intitulado *Desenvolvimento de sensores fotoacústicos para detecção de gases – suas aplicações em sistemas biológicos*, no período de 02 a 14 de novembro próximo, Stuttgart/Alemanha, sem ônus para a Universidade.

**3.7 – Afastamento do país dos Prof. Jan Schripsema**, no período de 27 de outubro a 14 de novembro próximo, para apresentar palestra no *International Congresso on Natural Product Chemistry* em Karachi, Paquistão e no *World Conference on Medical and Aromatics Plants*, na Cidade do Cabo, África do Sul, sem ônus para a Universidade já que o Professor receberá auxílio da CAPES para participar dos eventos. Todas as solicitações foram aprovadas.

**4 – Aprovação de convênios – 4.1 – Processo E-26/052.490/07-** Convênio entre a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC-ITCP/COPPE/UFRJ e UENF, com objetivo de promover a cooperação técnica entre a Fundação COPPETEC, através do ITCP/COPPE/UFRJ e a UENF por meio de transferência da metodologia de incubação desenvolvida na CPPE/UFRJ para um projeto similar de incubação na UENF – O Prof. Almy esclareceu que o convênio já havia sido aprovado no COLAC mas o CONSUNI



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

115 solicitou que fosse modificado o responsável da UFRJ. O Prof. Marcos lembrou há  
116 necessidade dos convênios serem analisados de acordo com Decreto estadual  
117 2.341.373. O Reitor explicou que antes dos convênios chegarem ao COLAC são  
118 analisados pela ASJUR que analisa as adequações jurídicas, em, outros casos há  
119 necessidade de análise acadêmica e, se for um convênio de interesse da Universidade  
120 que não pode ser feito por não atender às normas será encaminhado ao Governo com  
121 essa justificativa. Lembrou que não existe impedimento na contratação de fundação para  
122 administrar o projeto, o que não pode é pagar taxa de administração. O Prof. Marcos  
123 sugeriu que quando os convênios fossem analisados pela ASJUR fosse feito um  
124 arrazoado informando que o convênio está de acordo com as exigências do Decreto. O  
125 Sr. Constantino esclareceu que os convênios terão que ser publicados e isso só poderá  
126 ser feito se forem obedecidas todas as exigências. Continuou dizendo que a DIRPROJ  
127 está sendo orientada para que não assine os convênios de forma apressada porque  
128 todos precisarão ser bem avaliados. Para o Prof. Abel o Decreto é contrário à Lei de  
129 Ciência e Tecnologia. O Prof. Almy acredita que o Decreto teve a intenção de evitar que  
130 os Coordenadores de Projetos fizessem da Universidade simplesmente um escritório de  
131 prestação de serviços. Colocado em votação o convênio foi aprovado. **4.2- Processo E-**  
132 **26/051.880/08** – convênio entre a UENF e outras instituições de Ensino Superior de  
133 Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro, âmbito do “Programa Bairro Saudável” –  
134 estabelece formas e condições pelas quais as partes contratantes se propõem a  
135 desenvolver, continuamente, um programa de mútua colaboração e/ou cooperação  
136 técnica e científica, possibilitando ações integradas em áreas de interesse comum para a  
137 implementação do Programa Bairro Saudável: tecendo redes, construindo cidadania, a  
138 ser desenvolvido em alguns bairros da grande Guarus. O Prof. Marcos questionou se o  
139 convênio traria ônus para a Universidade. O Prof. Silvério esclareceu que não, a  
140 Universidade só concede bolsas. Colocado em votação foi aprovado. **4.3 – Processo E-**  
141 **26/050.177/06** – proposta de contrato de prestação de serviços com a El Paso Rio Claro  
142 Ltda, visa, como forma de prevenir eventual litígio, reduzir o termo de quitação de todas  
143 as PARTES, das obrigações assumidas através do Contrato nº EPRC 028/2005,



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

estabelecendo-se o efetivo encerramento do negócio jurídico representado pelo citado Contrato. Colocado em votação foi aprovado. **4.4 – Processo E-26/051.487/08** – tem por objeto a união de esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto P&D intitulado “Desenvolvimento de algoritmo avançado para a conversão de refletividades para propriedades intervalares e estimativas das incertezas envolvidas no processo” Colocado em votação o convênio foi aprovado. O Prof. Almy ressaltou que este Convênio deverá ser analisado pela ASJUR do Gabinete Civil. **5 – Criação do Programa de Extensão Universitária de Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares – ITEP/UENF – parecer da relatoria** – O Prof. Passoni, relator do Processo leu o relatório e explicou que fez algumas sugestões no sentido de deixar a resolução mais ampla e sugeriu algumas modificações que deverão ser incorporadas antes de enviarem a minuta da resolução para aprovação no CONSUNI. O Prof. Marcos sugeriu que fosse explicitado quem seriam os atores envolvidos e isso deveria estar no *caput* da minuta, deixando claro o entendimento que a Universidade tem sobre empreendimentos populares. O Prof. Silvério esclareceu que este Programa foi criado pensando na melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas e não apenas em recursos financeiros. Continuou dizendo que alguns projetos que já estão em andamento poderão ser atendidos pela Incubadora e solicitou auxílio do Prof. Marcos para que definisse empreendimentos populares para que possa ser incluída na Resolução. O Prof. Marcos sugeriu que a definição fosse trabalhada e incluída no texto final a ser apresentado no CONSUNI. O Prof. Messias considera importante a observação porque como é criação de incubadora tecnológica parece que estaríamos incentivando criação de empresas. O Prof. Silvério esclareceu que é um trabalho diferente do que é feito pela Incubadora de Empresas que já está em funcionamento. A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares tem como objetivo incentivar trabalhos populares e comunitários. O Prof. Almy lembrou que a idéia seria dar sustentabilidade a trabalhos que são desenvolvidos por um grupo ou associação, como o trabalho de reciclagem que já vem sendo feito. O Prof. Messias perguntou como seria desenvolvido o trabalho. O Prof. Silvério respondeu que os grupos terão capacitação feita através de consultorias. O Prof.



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

Dario observou que o uso do termo “incubadora tecnológica” seria metafórico já que não vai haver geração de produto e sugeriu que o pessoal de Ciências Sociais sugerisse um nome melhor porque o serviço que será prestado é de outra ordem e não vai gerar tecnologia. O Prof. Silvério esclareceu que este termo já é utilizado por vários grupos. O Prof. Passoni considerou difícil definir empreendimentos populares, através do trabalho desenvolvido pela DIRPROJ já conhecemos como são os empreendimentos capitalistas – que buscam lucro, os empreendimentos populares podem buscar outro tipo de lucro como o social, por exemplo. A preocupação em usar o termo tecnológico talvez seja a questão da tecnologia social o que evitaria o uso do termo cooperativa, esse tipo de trabalho tem sido desenvolvido nacionalmente. O Prof. Almy sugeriu que enquanto a Minuta tramita seja incluída a definição de “empreendimentos populares”. A Profa. Isabel perguntou qual a diferença entre a incubadora que já existe e a de empreendimentos populares. O Prof. Marcos esclareceu que existe uma diferença fundamental entre o público que é atendido e se baseia no conceito de economia solidária e em alguns casos pode ocorrer transferência de tecnologia. As incubadoras tecnológicas tradicionais não se voltam para esse tipo de público. O Prof. Almy acredita que o que vai acontecer é institucionalização de alguns programas que serão projetos. Para o Prof. Passoni vai acontecer que a Universidade reconhecerá a importância de ações que já estão acontecendo. O Prof. Marcos considera importante a institucionalização dos programas e isso vai contribuir para o amadurecimento da Universidade. O Prof. Silvério esclareceu que os programas que já existem poderão migrar para a Incubadora. Colocada em votação a minuta foi aprovada, com as modificações sugeridas.

**6 – Aprovação de Minutas de Convênio de Estágio – processo E-26/050.569/08 parecer da relatoria –**

O parecer da relatora, Profa. Silvia Alicia Martinez será encaminhado aos Conselheiros. O Prof. Dario sugeriu que na próxima reunião a Professora seja convocada para substituí-lo.

**7 – Comissão de bioética e Biossegurança (minuta de Resolução) parecer da relatoria –**

Foi feita a leitura da relatoria do Prof. Eulógio que recomendou a provação e sugeriu a mudança de nome de “ComBio” que estará legalmente subordinada à CNTBio, para CIBio, que a própria CNTBio recomenda e que é lugar comum e unânime nas



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

demais Comissões Internas do Brasil. O Prof. Almy lembrou que a Resolução cria a Comissão que terá que ser regulamentada. A Resolução foi aprovada. **8 – Projetos Político pedagógicos Curso de Engenharia de Produção – CI PROGRAD/UENF nº 249/2008, Curso de Zootecnia – CI PROGRAD/UENF nº 250/2008** – O Prof. Almy esclareceu que os dois cursos estão juntos no Conselho Estadual de Educação para o reconhecimento final mas o Conselho, por uma série de mudanças internas não se reúne desde março o que está acarretando problema com um aluno que do curso de Engenharia de Produção que colou grau e foi aprovado em concurso que exige que o curso seja reconhecido. O Prof. Marcos sugeriu que fosse feita relatoria dos pareceres porque, como avaliador do MEC leu o parecer o Prof. Valdo, sobre o curso de Engenharia de Produção e tem dúvidas sobre o cumprimento das orientações do INEP, se o Projeto do curso atende às orientações. O Prof. Almy ressaltou que não temos formatado um PPP nem um PDI. O Prof. Roberto lembrou que no início de outubro ocorrerá o Fórum da Graduação que tem como um dos objetivos formatar o PPP. O Prof. Almy perguntou se haveria necessidade de uma relatoria do COLAC sobre os Projetos dos Cursos. O Prof. Marcos fará a relatoria dos dois Projetos. **9 – Minuta para estágio Pós-Doutoral na UENF – parecer da relatoria** – algumas das questões apresentadas já foram incorporadas. Após a leitura da relatoria o Prof. Edson apresentou alguns argumentos respondendo às observações feitas, a argumentação foi apresentada por escrito e será incorporada ao processo. O Prof. Silvério solicitou que no artigo 1º incluísse extensão. O Prof. Passoni disse que tem alguns pontos sobre os quais gostaria de se manifestar: 1) prazo para pós-doutorado – tem a ver com o que é entendido como pós-doutorado. Entende que existem dois modos principais: a) mão de obra qualificada usada na Universidade, sem vínculo empregatício e b) um professor com doutorado supõe um pesquisador qualificado autônomo, desvinculado de uma linha de pesquisa que usa o pós-doutorado para mudara linha de pesquisa e se inteirar de novas técnicas e fazer maior contato com a Instituição. Quanto maior o prazo dado para o pós-doutoramento mais nos aproximamos do primeiro modelo ele, pessoalmente prefere o segundo modelo, que permite maior contato com pesquisadores o que possibilita novas interações, para





## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

isso é melhor o prazo reduzido, sugere que o prazo para o pós-doutoramento seja vinte e quatro meses. 2) credenciamento para orientar – não considera conveniente que o pós-doutorando seja credenciado para orientar já que defende tempo menor para o pós-doutoramento, não acredita que impedimento para ministrar cursos. Na sua opinião o credenciamento não deve ser automático nem deve ser criado mecanismo para isso. 3) Orientadores para os pós-doutorandos – há necessidade de serem qualificados, sugere que seja pelo menos professor associado I e credenciado no Programa. O Prof. Almy esclareceu que a PNPD permite bolsas de pós-doutoramento de mais de 36 meses, com bolsas de agência externa de fomento, que deveria ser a primeira instância para solicitarem bolsa. O Prof. Roberto concorda que para ser orientador de um pós-doutorando deve ser professor titular ou associado I, discorda do prazo mais curto porque em caso de mudança de área de pesquisa às vezes um ano não é suficiente para ter produção científica. O Prof. Messias falou de sua preocupação em tentar regulamentar porque há casos em que não há regulamentação da CAPES da FAPERJ ou outra e fica uma lacuna. Concorda que o orientador seja professor associado I ou titular e que o pós-doutorando possa ser credenciado para orientar no nível 3 do CNPq. Concorda com o prazo máximo de três anos, exceto nos casos previstos pelas agências de fomento. O Prof. Marcos considera que há um problema no escopo, é importante delimitarmos o que vai ser feito porque se não termos problemas mecânicos, o pós-doutorando vai dar aulas na graduação, na pós e vai existir uma sobreposição de funções, o pós-doutorando pode interagir como regente de turma, tutor ou ajudar em experimentos. Pode acontecer de professor que queira se livrar de regência de turma passe a responsabilidade para o pós-doutorando, lembrou que só podem ser regentes de turma os professores do quadro permanente da Universidade. Considera importante definir qual o montante de tempo em sala de aula e no laboratório, em última análise, deve haver maior interesse na pesquisa. O Prof. Marcos alertou para o fato de algum professor associado II passar a associado I, por “decurso de prazo”, mesmo tendo publicado apenas um artigo, reafirmou a necessidade de manterem os critérios de produtividade da CAPES e do CNPq para ser orientador de pós-doutorando como forma de manter o bom nível de orientadores. O Prof.



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

Almy considera importante utilizar os critérios da Universidade porque seriam docentes com visão institucionalizada, pode ser estabelecido como base os critérios de pontuação da portaria, seria analisada a pontuação por um período de tempo. A produtividade teria que ser avaliada em várias áreas, os critérios a serem adotados podem ser rigorosos, mas internos. Deve ser bem clara a participação dos pós-doutorandos, a declaração de docência deve ser emitida pela Secretaria Acadêmica o regente da turma é quem assina a pauta, os pós-doutorandos estão incluídos na categoria de colaboradores. O Prof. Marcos sugeriu que sejam adotados critérios para supervisionar qual a liderança científica e o conhecimento institucional. Continuou dizendo que para os pós-doutorandos deve ser limitado o credenciamento nível 3 nos programas de pós-graduação e deve ser estabelecida a hierarquia e o papel do pós-doutorado. No que diz respeito ao tempo do pós-doutorando na Instituição, acredita que o modelo PNPD quando concede prazo máximo talvez tenha como objetivo permitir que as instituições resolvam seus problemas com concursos, ou o pós-doutorando vai embora. O Prof. Edson considera o pós-doutoramento utilíssimo tanto para a Instituição quanto para o pós-doutorando. O pós-doutorado permite acompanhar o desenvolvimento da ciência e tecnologia é importante esclarece que é um período de treinamento. É importante alimentar na UENF o pós-doutoramento porque ajuda a incrementar a pesquisa, a graduação, a pós e a extensão, temos competência e potencialidade para aumentar a pesquisa. Colocada em votação a minuta foi aprovada com as modificações sugeridas. **10 – Afastamento para estágio Pós-Doutoral – Prof. Adolpho Horn Júnior e Profa. Christiane Fernandes Horn – CI PROPPG nº 207/2008** – A solicitação de afastamento a partir de 01/02/09 já foi aprovada no Colegiado de Laboratório, no Conselho de Centro e na CPPG, depois de ter sido feita relatoria. Colocada em votação a solicitação foi aprovada. **11 – Solicitação de liberação de servidora para cursar o doutorado em Sociologia Política – processo E-26-051-881/08** – O Prof. Almy lembrou que esta solicitação já esteve no COLAC e, baseado no que os Conselheiros que são do CCH, que apontaram fatos novos a respeito do assunto, o processo voltou para o Centro para ser melhor instruído. Segundo informação da Chefe do Laboratório (CI LESCE/CCH/UENF nº 170/08) na há, por parte da chefia, nenhuma



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

289 informação adicional a ser incluída no processo. A Profa. Marinete esclareceu que a  
290 servidora pediu permissão para fazer a prova e, depois de aprovada permissão para  
291 cursar o doutorado. Foi solicitado que fossem tomadas as providências necessárias para  
292 regularizar a situação de afastamento de acordo com a Resolução nº 11/99 do Conselho  
293 Universitário. A Profa. Marinete foi alertada que existe a necessidade de formalizar o  
294 afastamento porque caso contrário, se ao término do doutorado a servidora pedir  
295 enquadramento e se aposentar, o que poderá ser feito, a chefia pode ser  
296 responsabilizada pelo TCE porque, a servidora para cursar o doutorado deveria ter se  
297 afastado formalmente e teria que cumprir o dobro do prazo do afastamento na instituição.  
298 Diante dessa informação cobrou reiteradamente, que a situação fosse regularizada. Por  
299 três vezes o documento foi encaminhado pela servidora, porém todas as vezes o  
300 documento estava errado. Mesmo com erro a solicitação foi encaminhada à Direção do  
301 Centro e foi devolvida para o Laboratório para que fosse corrigida. Depois da cobrança  
302 para que refizesse ao documento a servidora invadiu a sala da chefia do laboratório, aos  
303 gritos, com agressões verbais e chegando mesmo a empurrar a Chefe. Esse episódio foi  
304 testemunhado por um aluno. A Profa. Marinete relatou que houve reunião de Colegiado  
305 de Laboratório onde foi dado um prazo para que a Servidora se desculpasse, o que não  
306 foi feito. A sindicância que foi solicitada foi para apurar o desrespeito à chefia. Para o Prof.  
307 Almy existem dois fatos: 1) o Processo de não foi finalizado e, com isso, ainda não existe  
308 a liberação para cursar o doutorado, não tendo cumprido o que está previsto na  
309 Resolução 11 do CONSUNI. 2) a outra é o fato de não podermos aceitar a agressão que  
310 ocorreu. Existem dúvidas jurídicas sobre o poder que a Universidade tem de impedir um  
311 professor de se aposentar, quando liberamos um servidor para se qualificar temos que  
312 levar em conta os benefícios internos que serão gerados. Para a Profa. Simonne deve ser  
313 considerado o lucro que a Universidade terá com o doutoramento porque pode ser  
314 apenas um benefício pessoal. Considera a situação ambígua porque a servidora faz um  
315 curso na mesma universidade em que trabalha. O Prof. Dario perguntou qual seria o  
316 período do afastamento. Foi esclarecido que o servidor pode ser liberado de suas  
317 atividades por até 12 horas durante o período do curso. O Prof. Marcos acredita que



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

318 brevemente terão que enfrentar situação de liberação para pós-doutoramento e a norma  
319 é bastante clara no parágrafo 4º que diz que a chefia precisa justificar o ganho para a  
320 Universidade. A Resolução 11 iniciou o treinamento dos técnicos de nível superior, mas  
321 tem que haver uma primeira liberação da chefia imediata, baseada no ganho que o  
322 treinamento trará para a Instituição. Continuou dizendo que considera complicado o  
323 COLAC deliberar sobre a liberação da servidora uma vez que existe um pedido de  
324 sindicância para apurar denúncia de agressão contra a Chefe do Laboratório motivada  
325 pela negativa da servidora cumprir a resolução. O Prof. Almy sugeriu que suspendesse s  
326 decisão até o fim da sindicância. O Prof. Marcos sugeriu que houvesse relatoria para  
327 verificar se as normas foram cumpridas. O Prof. Roberto não vê justificativa para liberar  
328 uma servidora que está perto de poder se aposentar, qualquer advogado garantirá esse  
329 direito. O Prof. Silvério concordou com a sugestão de relatoria. Depois de ampla  
330 discussão foi decidido que o processo será encaminhado à ASJUR para análise e, se  
331 indicado será instalada comissão de sindicância para apurar os fatos. **12 – Solicitação da**  
332 **servidora Shirlene Chagas para cursar, como aluna especial, duas disciplinas do**  
333 **Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciência dos Materiais – CI CCT nº**  
334 **172/08** – a Servidora está lotada no LAMAV, a solicitação já foi aprovada no Laboratório e  
335 no Centro. Colocada em votação a solicitação foi aprovada. **13 – Concessão de Título**  
336 **de Professor Emérito ao Prof. Carlos Alberto Dias – processo E-26/051.774/08** – O  
337 Prof. Almy esclareceu que não existe obrigatoriedade de passar no Colegiado Acadêmico  
338 nem na Câmara de Pós-Graduação mas sugere que seja encaminhado àquela Câmara  
339 para ser apreciado. **14 – Assuntos diversos. 14.1 – Reunião no CEDERJ** – na  
340 próxima reunião será discutida reserva de 20% das vagas que serão destinadas á  
341 professores da rede pública de ensino. **14.2 – Mobilização pelo bandejão** – O aluno  
342 Pedro, representante dos discentes da graduação considera que estão dando um passo  
343 importante na direção de uma bandeira muito antiga e prioritária, o bandejão. Continuou  
344 dizendo que os alunos não vão aceitar que a verba de cinco milhões destinada à  
345 construção do restaurante seja devolvida ou realocada. Informou ainda que estão  
346 solicitando reunião com a Comissão de Educação da ALERJ para discutir o assunto.



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

347 Acredita, ou melhor, quer acreditar que a Reitoria está empenhada nessa luta. O Prof.  
348 Almy esclareceu que essa é uma prioridade também da Reitoria e, se também não  
349 tivesse o empenho da Reitoria não estariam nesse nível de negociação. Está sendo feita  
350 a cronologia do restaurante desde o início, com a criação da Comissão, presidida pelo  
351 Prof. Silvério, que ficou encarregada de tomar as providências necessárias para a  
352 implantação do restaurante. Continuou dizendo que só não haverá a licitação se houver  
353 algum problema jurídico, a primeira licitação foi suspensa pelo TCE, os membros do  
354 Conselho Curador estranharam esse fato porque não é comum acontecer suspensão de  
355 edital, isso só tem ocorrido em caso de denúncia. Considera que a luta dos estudantes  
356 ajuda nas negociações e espera que no próximo dia 13 de outubro possa haver avaliação  
357 das propostas apresentadas no processo licitatório. Ressaltou que outra prioridade é o  
358 projeto de acessibilidade. O Prof. Passoni felicitou aos estudantes pela iniciativa, que é  
359 uma lição de cidadania, lembrou que em todas as universidades os alunos têm papel  
360 importante, ressaltou ainda que o espírito ordeiro do acampamento também merece  
361 registro. O Prof. Almy esclareceu que os problemas que levaram o TCE a embargar a  
362 licitação foram alguns detalhes que sempre fizeram parte dos editais como a necessidade  
363 da empresa ter de lastro 5% do valor da obra, esse índice foi questionado e o TCE  
364 solicitou que passasse para 1,5% e houve também necessidade de ajustar ao novo  
365 modelo de edital. Continuou dizendo que gostaria de parabenizar pelo moimento dos  
366 alunos e que fica muito triste quando vê docentes tentando macular imagem da  
367 Universidade, como se os professores estivessem excluídos do problema. Os alunos  
368 reivindicam e cobram da Reitoria, mas zelam pela Universidade, fazendo um contraponto  
369 com os que maculam a instituição independente das pessoas. Ressaltou que o  
370 movimento dos alunos tem sido duro, porém fiel à causa. O Prof. Marcos considera  
371 importante deixar claro quais foram os elementos que estão no caminho da obra. Gostaria  
372 de saber se os Conselheiros terão conhecimento dos documentos que estão sendo  
373 levantados sobre o restaurante e os elementos arrolados pelo TCE que justificaram o  
374 embargo do edital. Continuou dizendo que é docente da UENF há 10 anos e sua posição  
375 tem sido sempre de defender a instituição e o modelo institucional. O Prof. Almy lembrou



## SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**REITORIA**

376 que os professores são parte dos problemas da Universidade, mas também das soluções,  
377 algumas ações deveriam ser encaminhadas internamente até para a solução do  
378 problema. O Sr. Constantino esclareceu que o documento do TCE é longo e repetitivo,  
379 mas as exigências feitas podem ser divididas em três blocos: 1) mudança no conteúdo do  
380 edital; 2) solicitação de dados, que já estavam no primeiro edital; 3) recomendação para  
381 ajustes de procedimento. No recurso encaminhado tem uma exposição de motivos  
382 informando a importância do bandeirão e caracteriza que o novo edital proposto está igual  
383 ao de uma obra recentemente licitada pelo TCE. A nova licitação está marcada para o  
384 próximo dia 13 de outubro. O Prof. Marcos questionou quais seriam os motivos que o  
385 TCE teria para procrastinar a licitação. O Sr. Constantino esclareceu que é uma obra  
386 grande e complexa e talvez por isso tivesse havido uma maior exigência e detalhamento  
387 sobre as informações que vão para os concorrentes. Nada mais havendo a tratar o Reitor  
388 encerrou a reunião, às dezoito horas e vinte minutos, agradecendo a presença de todos.

Almy Junior Cordeiro de Carvalho  
Reitor

Maria Beatriz Pessanha Boeschenstein  
Secretária *ad-hoc*